

FENPROF – Federação Nacional dos Professores
CONFERÊNCIA NACIONAL DO ENSINO SUPERIOR E INVESTIGAÇÃO
11 E 12 DE MARÇO DE 2005

O todo é diferente da soma das partes!

Alexandre Leite
FEUP
Prof. Associado
aleite@fe.up.pt

O todo sem a parte não é todo,
A parte sem o todo não é parte.
Mas se a parte faz o todo, sendo parte,
Não se diga que é parte, sendo todo.

Gregório de Matos (sec. XVII)

Aprendi, na Teoria dos Sistemas, e em particular na Metodologia do Projecto Sistémico, que quando decompomos qualquer tipo de sistema nos seus sub-sistemas ou elos, admitir como propriedade que lhe é intrínseca o surgimento de fenomenologias não pensadas, afigura-se de uma utilidade prenhe de resultados. A assunção da existência de fenómenos desconhecidos, resultantes da interacção, da influência entre os diversos sub-sistemas, será um procedimento que nos permitirá reflectir sobre a totalidade do sistema de uma forma diferente, eventualmente mais realista.

A real influência inter-elos faz-se em todos os sentidos e esta será tanto mais verdadeira quanto maior for a presença de recursos humanos no sistema.

Encontrando-se o elo do Ensino Superior no final da concatenação dos elos do Sistema Educativo, e sendo este, em última análise, o responsável pelo lançamento dos licenciados no mundo do trabalho, acresce-lhe uma maior responsabilidade em todo o processo, em virtude da possibilidade real de as interferência a montante terem acumulado problemas de diversas índoles que os alunos carregam à entrada deste último nível de formação.

Compete ao Ensino Superior identificá-los e adequar a sua acção de acordo com essa identificação.

Todos os elos do Sistema Educativo são alimentados por alunos que se encontram em trânsito, por um período restrito no tempo, e por agentes de educação que se encontram no sistema em regime mais ou menos permanente.

Estes últimos, os Professores, podem não conseguir entrar no sistema e, muitas vezes, entram de forma caótica / aberrante, sendo conduzidos a circunstâncias de trabalho completamente irracionais, castrante e, consequentemente, desmotivante.

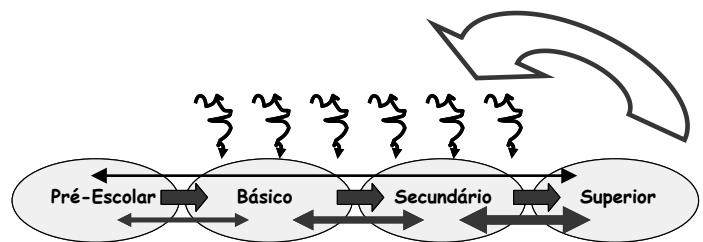
No final do seu percurso profissional saem do sistema, cada vez mais por despedimento e cada vez menos na posição do topo da carreira.

Quanto às saídas dos produtos (leiam-se Alunos) não podemos ignorar que alguns, muitos, regressam ao sistema, retro alimentando-o. Este facto faz do Sistema Educativo um sistema particular, do tipo dos que se auto influenciam.

Os Alunos que concluem o percurso através de todo o sistema, ingressam em um dos de dois mundo: o do trabalho ou o do desemprego.

Em todos os elos do sistema persistem problemas que só quem tiver atitude de avestruz não vê. E no Superior há muitos.

Assumir toda esta complexidade intrínseca ao Sistema de Educação não é tarefa fácil, mas ignora-la afigura-se perigoso para a sobrevivência do próprio sistema.



Bolonha – a Declaração – está a ter a virtude de auxiliar os agentes do Superior (os que mentalmente estão abertos para isso) a olhar para si mesmos, para as suas práticas pessoais e colectivas.

O trabalho de casa está aí a acontecer em muitas das Escolas e em algumas está-se a mudar o que claramente tem que mudar.

Na minha Escola – a FEUP – quer internamente ao nível dos Conselhos Pedagógico e Científico, e externamente em parceria com mais de duas dezenas de Escolas de Engenharia de todo o País, está-se a trabalhar, tendo-se já formulado, princípios comuns e medidas concretas de acção, algumas delas já a serem experimentadas.

Mas em todo este processo, parece que o Estado não se comporta como pessoa de bem pois quer ignorar aquilo que quem está dentro do sistema conhece.

Mas o Estado, que não conhece o sistema dada a sua complexidade (e só por si nunca poderá conhecer), arroga-se no direito de implementar reformas atrás de reformas, ignorando um princípio básico da Teoria dos Sistemas: qualquer alteração gera instabilidade que perdurará algum tempo até que novo estado de estabilidade seja atingido. Só nesta última circunstância de equilíbrio é que os efeitos de uma reforma poderão ser avaliados.

Por esta ignorância, o Estado não avalia porque não pode avaliar.

Em 30 anos passados sobre o 25 de Abril, mais de 20 Ministros da Educação e muitos mais Secretários de Estado ditaram, as leis e reformas que regem o Sistema Educativo.

O sistema só pode mesmo estar estabilizadíssimo.

E com Bolonha (alguém disse que Bolonha foi tomada de assalto!) – na Declaração, e não outras “variantes” desta, nada é ditado e tudo é sugerido (por exemplo, o modelo para os ciclos do tipo 3+2 é sugerido como um mínimo).

5+0, 4+1, 3+2 – será a Escola e os seus agentes a saberem qual o modelo que melhor responderá à missão que lhe está atribuída.

A Escola tem que se olhar a si mesma!

A Escola tem que se auto eleger como objecto de investigação e, em ΔT 's adequados, planeados, implementar mutações. Uma evolução progressiva, nunca instantânea e isolada com dados somente do seu próprio elo, mas oriundos de todo o sistema.

Fica então sobre todos nós o apelo à mudança escalonada e ao “bater o pé”.

Não devemos demitir-nos de afirmar e “impor” o que, reflectido é assumido, achamos que será o melhor para o futuro da Escola.

O Estado que cumpra a sua missão que será seguramente diferente da nossa.

Para terminar, é fundamental que o novo Ministério da Educação, e em particular a nova tutela do Ensino Superior, entenda que, a paridade à saída do Sistema Educativo ao nível Europeu só poderá ser honestamente implementada se a paridade à entrada do último elo do sistema também for uma realidade.

